



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA, CAMPUS III**

**DIEGO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA**

**A IMPORTÂNCIA DAS  
COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO:  
ESTUDO DE CASO EM TESTA BRANCA NO  
MUNICÍPIO DE UAUÁ-BA**

JUAZEIRO – BA, 2014

DIEGO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA

## **Relatório de Estágio Supervisionado**

Relatório de estágio supervisionado apresentado ao DTCS da Universidade do Estado da Bahia, conforme Resolução N° 08893, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrônômica.

**Orientador:** Prof. Dr. Rogério de Souza Bispo.

## **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**DIEGO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA**

### **A importância das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto: estudo de caso em Testa Branca no município de Uauá-BA**

Relatório de estágio supervisionado do curso de Engenharia Agrônômica, apresentado à Universidade do Estado da Bahia, sob orientação do professor Rogério de Souza Bispo e sob a supervisão de Cicero Felix dos Santos, coordenador geral do Irpaa e concedente do Estágio.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Comissão Examinadora

---

Prof. Rogério de Souza Bispo

Universidade do Estado da Bahia (DTCS / UNEB)

---

Prof. Maria Auxiliadora Silveira Giffon

Universidade do Estado da Bahia (DTCS/UNEB)

---

Prof. Flávio José Vieira de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (DTCS/UNEB)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha amada avó Noélia Maria de Paula Sampaio (in memoriam), pessoa que muito contribuiu para minha formação humana e despertar sobre a complexidade da vida na Terra.*

## AGRADECIMENTOS

Minha caminhada até aqui contou com a conspiração de muitas energias, mas não posso deixar de agradecer a Cigana Sete Véus e saudar meu Guardiã, Orixá, Luz que com tanta paciência me mostra que também sou um Guerreiro, portanto, estaremos sempre na Luta! Salve Oxóssi e todas as energias das Florestas, que me fortalecem a cada dia, que a força do Sol queime as mazelas do nosso caminhar, que as forças das águas banhem nossos corpos e as forças dos ventos levem pra bem longe toda maldade.

Seria impossível agradecer a todo o povo brasileiro que através da sua inteligência, organização, resistência e luta diária nos proporciona grandes exemplos históricos, na maioria das vezes, omitidos. Agradeço aos povos Negros e Indígenas, que mesmo violentados, permanecem nos mostrando que o Capital não foi capaz de destruir o conhecimento milenarmente construído.

Sei que é uma injustiça citar alguns nomes, mas estou certo de que estes nomes representam um conjunto de outros nomes que fazem dos movimentos populares, organizações sociais, povos e comunidades tradicionais uma grande escola de formação e grande exemplo pedagógico para lutadoras e lutadores de todo o Mundo. Por isso agradeço aos movimentos que compõe a Via Campesina Brasil, especialmente ao Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA, pelas inúmeras oportunidades e lições através da luta que recoloca o campesinato enquanto sujeito histórico e revolucionário, especialmente Leomarcio, Leila, Maria Kazé, Cléber Folgado, Edvagno, Saiane, Leidiane, Eulália, Marcelo Leal, o jovem Romário, Jozelita, Dona Maria de Tijuacú, o grande mestre Seu Luiz, Claudeilton, Claudiano, Vani, Rafaela Alves, seu Nono (in memoriam). Meu máximo respeito ao MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, especialmente Marta Rodrigues e demais dirigentes no Vale do São Francisco, bem como sua base social que fortalecem a luta por outro modelo energético popular. Meu agradecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, fomentador da teoria e prática revolucionária guardando a mística que nos move na luta por reforma agrária, minha homenagem em especial ao MST dos estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe que muito me ensinaram. A Consulta Popular, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB, Grupo de Agroecologia Umbuzeiro, GAU, Levante Popular da Juventude, Norte BA Crew e demais organizações da juventude brasileira que cumprem um papel fundamental para mudarmos a sociedade.

Agradeço a Articulação Estadual de Fundos de Pasto e todas as comunidades de Fundos de Pasto, que provam que é possível viver bem no Semiárido, em especial a Valdivino, Adilson, Helena, Lucas, Luana, Robson, seu Isaias que é uma das pessoas mais lindas que já vi nessa vida, dona Edite, Bosco e todas as pessoas da comunidade de Testa Branca que me provocaram ainda mais a me dedicar à construção da proposta de Convivência com o Semiárido. Assim estendo meu profundo agradecimento a toda a equipe do Irpaa que tão bem me acolheu e que há 25 anos mostra que teoria e prática só fazem sentido quando compreendida e construída pelo Povo, bendito seja Dom José Rodrigues que sintetizou em uma frase mais de 500 anos de exploração: “No semiárido não falta água, falta justiça!”. Meu agradecimento em especial a Rosivaldo, Haroldo, Neidinha, Nelzidete, Leu, Karine, Érica, Denise, Alessandro, Tiago, Tânia, Alaíde Régia, André Rocha e Moacir, que conversando meia hora me ensina mais do que muitos semestres desta faculdade.

Maria, uma das pessoas mais dedicadas que conheço e que diariamente me mostra que não existem fronteiras para quem luta e sonha com outro mundo, fazendo da sua prática seu maior argumento. Cícero que é meu maior exemplo de conduta, pelo qual nutro uma grande admiração, carinho e respeito. Agradeço profundamente ao professor Rogério Bispo, pela paciência, solidariedade e apoio nestes 5 anos de curso, um grande ser Humano. Agradeço a Silver Jonas, professor, amigo e minha maior referência de Agroecologia no Vale do São Francisco. Salve Luis Osete, irmão que me ajudou muito no TCC e na vida.

Minha família é muito grande, não daria para descrever, mas vocês sabem o quanto são importantes para minha vida, todos os dias expressamos nosso Amor e esse sentimento mantém nossas almas unidas mesmo na distância física. Mãe, agradeço por nunca ter desistido de mim, nunca chegaria aqui sem sua orientação e exemplo de vida. Pai, obrigado pelo companheirismo em todas as ocasiões, se um dia eu for com as próximas sementes da família, metade do que vocês são pra mim sei que eles e elas se sentirão infinitamente amadas.

**O HOMEM E A TERRA** (Noélia de Paula)*O homem**Tem terra**(à) terra**(em) terra**(só) terra.**Esperanças (em) terra**Regando (à) terra**Suores (só) terra.**Raquíticos sem terra**Dão vida à terra**E morrem sementes.**Adubos da Terra.*

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Localização do município de Uauá-Bahia.....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 2: Adilson Ribeiro dos Santos, morador da comunidade e presidente da COOPERCUC.....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 3: Apresentação da proposta do TCC a algumas lideranças da comunidade ..</b>	<b>48</b>
<b>Figura 4: Participantes da oficina participativa, um dos percursos metodológicos utilizados nesta pesquisa.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 5: O casal Edite Ferreira da Silva e Isaias Ribeiro da Silva que discorreu sobre aspectos ecológicos da comunidade.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 6: Cisterna calçadão, umas das tecnologias de convivência com o semiárido presentes na comunidade.....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 7: Cerimônia de entrega de certidão de reconhecimento como comunidade tradicional de Fundos Pasto na câmara de vereadores de Uauá-BA.....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 8: Mutirão na comunidade Testa Branca.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 9: Unidade de Beneficiamento de Frutas da COOPERCUC na comunidade Testa Branca.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 10: Agroecossistema diversificado na comunidade Testa Branca.....</b>	<b>52</b>

## RESUMO

Mesmo estando inseridas em um território marcado por experiências históricas de luta e resistência popular contra os inúmeros projetos de exploração econômica, social e cultural de dominação capitalista, as comunidades Fundos de Pasto ainda permanecem distantes de sua diversidade material e simbólico-cultural, muitas vezes tornando-se despercebidas. A escolha desse tema como trabalho de conclusão de curso de graduação em Agronomia procura dar visibilidade a estas comunidades, fortalecendo seus processos de organização e as potencialidades da região do Semiárido nordestino, onde se insere. Trata-se de um estudo de caso que tem por objetivo geral discutir a participação e importância econômica da comunidade de Fundos de Pasto Testa Branca do município de Uauá-BA, identificando suas viabilidades e necessidades de garantia de território e, para isso, utiliza-se de vários procedimentos metodológicos, como a realização de reuniões com entidades que atuam na comunidade; observação participante; etnografia; oficinas participativas e rodas de conversa, entre outros. Espera-se, com isso, identificar qual a participação econômica deste tipo de comunidade; observar se existe relação entre a participação econômica e o tamanho do território de uso coletivo das comunidades; discutir sobre a viabilidade das comunidades de fundos de pasto e averiguar a necessidade de regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados.

**Palavras-chave:** Fundos de Pasto; comunidades rurais; territórios.

## ABSTRACT

Even if inserted in a territory marked by historical experiences of struggle and popular resistance against the numerous projects of economic, social and cultural exploration of capitalist domination, the communities grazing Funds still remain far from its material and symbolic-cultural diversity, often making themselves unnoticed. The choice of this theme as the work of completion of undergraduate degree in Agronomy seeks to give visibility to these communities, strengthening their organizational processes and the potential of the region of Northeastern semi-arid region where it operates. This case study aims to discuss the General participation and economic importance in the community Pasture Fund white Forehead municipality of Uauá-BA, identifying their needs and guarantee viabilities of territory and, for this, we use various methodological procedures as conducting meetings with entities that act in the community; participant observation; Ethnography; participatory workshops and wheels of conversation, among others. It is expected to identify which economic participation of this kind of community; observe whether there is a relationship between economic participation and the size of the territory of collective use of communities; discuss on the feasibility of grazing funds communities and determine the need for agrarian regularization of the territories traditionally occupied.

**Key words:** Grazing Fund; rural communities; territories

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>9</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A POSSE DE TERRAS NO BRASIL E AS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO .....</b>	<b>15</b>
2.1 BREVE APANHADO SOBRE A LUTA POR RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO .....	18
<b>3 PERCURSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>28</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA.....	28
4.2 INDICADORES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE TESTA BRANCA .....	30
4.3 DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS ASPECTOS ECOLÓGICOS .....	33
4.4 QUESTÃO AGRÁRIA E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA .....	35
4.5 A ESPECIALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE..	37
4.6 BENEFICIAMENTO .....	39
4.7 AGRICULTURA .....	41
4.8 MEL.....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICE. ....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Mesmo diante de uma infinidade de produções, reflexões, estudos, análises, ensaios, livros, teses e outras formas de diálogo, é cada vez mais atual e necessário debater a questão agrária no Brasil porque, após mais de cinco séculos do início da colonização, o tema continua distante de consensos. A diversidade de interpretações reflete-se acima de tudo nas diferentes formas de atuação política que os atores sociais se propõem a realizar.

Refletir sobre o período colonial, em que o reino português exerceu domínio sobre as terras brasileiras, elucida as relações aí criadas e as consequências dessa ocupação. Esse processo histórico levou a uma grande concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, florestas, minérios etc.) para atender as necessidades do mercado mundial.

Por outro lado, a história do Brasil foi/é feita pela interação, diálogo e conflito entre três povos distintos, o que fez surgirem comunidades que desenvolveram modos próprios de organização social e produtiva, independente dos modelos social e agrário oficiais vividos no país (SANTOS 2013). Este trabalho se volta para as comunidade tradicionais de Fundos de Pasto que se formaram durante o período de colonização do semiárido e são especialmente vinculadas às atividades agropecuárias em áreas de uso coletivo, com fortes ligações de parentesco ou compadrio, associada a preservação de costumes e tradições culturais. Para tanto, realiza o estudo de caso na comunidade de Testa Branca, no município de Uauá-BA.

Como parte do processo de conclusão do curso de Agronomia foi realizado o estágio curricular obrigatório no Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, organização não governamental com sede em Juazeiro-BA, que tem sua origem a partir do debate realizado nas comunidades eclesiais de base da igreja católica, com identificação e opção ideológica na Teologia da Libertação. Através desse estágio foi possível vivenciar o dia a dia das comunidades e discutir com os principais atores sociais suas formas de participação e a importância econômica da comunidade, identificando suas viabilidades e necessidades, especialmente para garantia de território.

É importante ressaltar que há quase 25 anos o IRPAA vem contribuindo no debate sobre a viabilidade e potencialidade da região tendo como síntese política a proposta de *Convivência com o Semiárido*, principalmente a partir do conhecimento e do domínio das técnicas de produção apropriadas para este clima, buscando uma distribuição justa das terras, das águas e políticas públicas que atendam às demandas regionais e garantam a permanência da sua população nos seus locais de moradia. Este estágio, portanto, foi fundamental para perceber as diversas formas que a Agronomia pode ser inserida nesses processos e de que modos pode ser colocada a serviço de tais causas, atuando decisivamente na construção de outra história para o semiárido: econômica e socialmente mais justa e igualitária.

Não obstante a proximidade das comunidades Fundos de Pasto com organizações como o IRPAA, as Instituições de Ensino Superior da região norte do estado da Bahia, onde reside o maior número de comunidades reconhecidas como Fundos de Pasto, ainda permanecem distantes de sua diversidade material e simbólico-cultural. Tais comunidades passam despercebidas pela academia, mesmo estando inseridas em um território marcado por experiências históricas de luta e resistência popular contra os inúmeros projetos de exploração econômica, social e cultural de dominação capitalista.

Essa constatação também foi decisiva para a escolha do tema desse trabalho de conclusão de curso porque evidenciou a emergente necessidade de dar visibilidade a estas comunidades, fortalecendo seus processos de organização popular como forma de substituir o desenvolvimento como meta pelo bom viver como fim (SILVA, 2010) e produzir visibilidades e dizibilidades (ALBUQUERQUE JR., 1999) que deem conta das potencialidades da região.

Diante disso, este estudo de caso tem por objetivo geral discutir a participação e importância econômica da comunidade de Fundos de Pasto Testa Branca do município de Uauá-BA, identificando suas viabilidades e necessidades de garantia de território. Já seus objetivos específicos são:

- Identificar qual a participação econômica da comunidade de Fundos de Pasto Testa Branca no município de Uauá-BA;
- Observar se existe relação entre a participação econômica e o tamanho do território de uso coletivo das comunidades;
- Discutir sobre a viabilidade das comunidades de fundos de pasto;
- Averiguar a necessidade de regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados.

O trabalho está dividido em outros quatro capítulos. No próximo, através da revisão de literatura, busca-se compreender os processos de distribuição e posse de terras no Brasil, condicionantes para que as comunidades de Fundos de Pasto se formassem e estivessem na sua atual situação. Em seguida, no terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos seguidos neste estudo de caso (reuniões com entidades que atuam na comunidade; observação participante; etnografia; oficinas participativas e rodas de conversa) e as justificativas para a escolha de tais métodos.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos através da aplicação dos métodos de pesquisa e a discussão surgida a partir da interpretação dos dados e da vivência na comunidade de Testa Branca.

Por fim, o último capítulo traz conclusões que respondam às questões iniciais, mas também apresenta algumas reflexões que podem servir para fomentar a discussão sobre a importância destas comunidades para a realidade local. A intenção é contribuir para que as visões acadêmicas sobre as comunidades de Fundo de Pasto sejam ampliadas e, principalmente, que estas análises possam, de alguma forma, auxiliar as organizações populares e as comunidades na luta pelos territórios.

## 2 A POSSE DE TERRAS NO BRASIL E AS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO

A história brasileira está distante de ser harmoniosa e pacífica, como diversas vezes os livros didáticos ou mesmo versões oficiais tentam transmitir.

*A chegada dos europeus em nosso continente foi resultado da necessidade da expansão do capitalismo comercial europeu. Eles invadiram o continente e dominaram-no por meio de força militar, para controlar de forma absoluta a apropriação da terra e de outros bens da natureza existentes por aqui. (STÉDILE,2011, p. 13).*

Após a exploração inicial do pau-brasil, “somente a partir de 1530, Portugal passou a estabelecer uma política de ocupação sistemática do território, forçado principalmente pela perspectiva de perder as novas terras aos franceses” (FERES,1990, p. 22). Desse modo, a distribuição de terras no Brasil “aconteceu com a aplicação de um sistema já utilizado em Portugal, que era o instituto de sesmarias” (TORRES, 2013, p. 25), sistema aplicado em Portugal desde 1375, que buscava obrigar os donos de terras a cultivá-las como forma de combater a crise de alimentos. Como conta Ferres (*loc.cit*, p.24), era uma “forma de pressão sobre os proprietários indolentes que não trabalhavam nem deixavam trabalhar suas terras. Onde o remédio drástico do confisco e o conseqüente controle sobre os novos ocupantes”.

Para o fidalgo português, houve no Brasil a possibilidade de acesso a grandes extensões de terras, o que não poderia acontecer no seu próprio país devido à sua minúscula dimensão territorial. Portanto, o latifúndio no Brasil tem origens históricas. A concessão de sesmarias foi extinta somente a partir de 1822 (TORRES, 2013).

Apesar da motivação ambiciosa da busca por ouro e prata, a chegada da cana de açúcar promoveu fortunas para os colonizadores. O produto tinha grande procura no mercado europeu e encontrou na América condições favoráveis para a sua exploração.

*Ergueram-se os canaviais no litoral úmido e quente do Nordeste do Brasil; posteriormente também as ilhas do Caribe – Barbados, Jamaica, Haiti, Guadalupe, Cuba, Dominicana, Porto Rico -, Veracruz e a costa peruana foram sucessivos cenários propícios para a exploração (GALEANO, 2008, p. 83).*

Além da posse da terra, era necessário derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas grandes, as senzalas, plantar os canaviais e lavouras de mantimento. Para isso os sesmeiros

necessitavam ter animais – bois e cavalos importados da Europa – e escravos (ANDRADE, 1998).

*A escravidão colonial teve seu apogeu no Brasil. É impossível compreender a história desta nação dissociada da herança escravista. O Brasil foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo. Também foi o onde desembarcou o maior número de africanos escravizados. A economia escravista nacional produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com a mão de obra servil: açúcar, arroz, café, charque, fumo, pau-brasil, ouro etc. (FIABANI, 2012, p.21)*

Nessa relação colonial, a África e a América eram criadas como espaços habitados por povos primitivos, selvagens e atrasados, enquanto a Europa nascia como vetor da civilização e da modernidade, e seu desenvolvimento capitalista era projetado como caminho único a ser seguido por toda a humanidade. Nesse modelo eurocêntrico, os povos originários foram transformados em trabalhadores forçados do sistema colonial, seja pela servidão indígena, seja pela escravização negra africana. Para Galeano (2008, p.54), “a plantação nascida da demanda de açúcar no ultramar era uma empresa movida pela ânsia de lucro de seu proprietário e posta ao serviço do mercado que a Europa articulava internacionalmente”. Pouco importava as culturas ancestrais que já existiam há centenas de anos nos territórios ameríndios ocupados. Tampouco se levava em conta as culturas e os saberes dos africanos trazidos para estes como escravos.

*Ao serem dominados pela lógica do capitalismo europeu em expansão, seus territórios ancestrais passaram a ter a função de gerar riquezas para os impérios colonizadores, com o saque dos recursos naturais, como madeiras nobres e minérios, e a produção de mercadorias agrícolas e semielaboradas, como o açúcar, em grandes latifúndios, sob o poder da classe senhorial. Quilombolas ou calhambolas tornaram-se identidades de mulheres e homens negros africanos e afrodescendentes que se insubordinavam em relação à ordem colonial no território Brasil, fugindo das fazendas escravistas ou outras unidades de produção e refugiando-se em áreas de difícil acesso. Nesses locais, constituíam seus novos territórios – os quilombos –, abertos a todos os segmentos oprimidos da sociedade e organizados em permanente estado de defesa e com base nas atividades familiares de produção destinadas preferencialmente à subsistência: agricultura, pesca, caça, coleta e outras formas de extrativismo (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO E FRIGOTTO, 2012, p.647).*

Quilombolas eram os sujeitos e grupos sociais que se libertavam da escravização imposta, negando a inferioridade que lhes era atribuída pela ordem colonial (QUIJANO, 2005). Esse modo de viver contrapunha-se à ordem latifundiária e monocultora colonial, regida pela lógica da acumulação desigual de riquezas, na qual terra, natureza e gente eram transformadas em mercadoria.

Durante a instalação das propriedades do homem branco, também houve inúmeros conflitos entre índios e brancos, contudo, ainda hoje, apesar das várias tentativas de extermínio, existem povos indígenas em todo o semiárido como por exemplo os povos Truká, Kantaruré, Pankararé, Xucuru Kariri, Tuxá, Atikum, Tumbalalá e Tubalalá.

A ocupação do semiárido está fortemente vinculada à criação de gado, que junto com a cana de açúcar eram as duas principais atividades econômicas desenvolvidas no século XVI. E os maiores latifúndios destes locais, assim como no restante do Brasil se constituíram a partir do sistema de sesmarias, com destaque para a casa da Torre, de propriedade de Garcia d'Ávila e seus descendentes, que possuía terras que iam do litoral baiano até os sertões do Piauí e o Cariri cearense, totalizando no ano de 1710 mais de 340 léguas de terras que incluíam as margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Outro latifundiário que se destacava pela grande extensão de terra era o da família de Antônio Guedes de Brito, que possuía propriedades que se estendiam desde o Morro do Chapéu até as nascentes do Rio das Velhas em Minas Gerais, compreendendo mais de 160 léguas de terras (ANDRADE, 1998).

No vale do São Francisco, devido à presença de água perene, diversidade de plantas endêmicas ou adaptadas às condições edafoclimáticas, possibilitaram as condições para expansão da pecuária, “os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a ‘quarta’ dos bezerros e potros que nasciam.” (*loc.cit.*).

Essa dinâmica de apropriação (e expropriação) de terras fez com que “pela interação e conflito de três povos distintos”, surgissem “muitas comunidades que desenvolveram modos próprios de se organizar socialmente, independente do modelo social oficial vivido no país” (SANTOS, 2013, p.09).

Com a falência do modelo agroexportador da cana de açúcar, principal consumidor de carne e couro do sertão, as grandes fazendas pecuaristas foram entrando em decadência e alguns fazendeiros encontraram a ruína total. Assim, suas terras aos poucos foram sendo partilhadas entre moradores e trabalhadores das próprias fazendas. Ao longo do tempo, o gado bovino foi sendo substituído pelos caprinos, mais acessíveis e mais resistentes ao clima do semiárido, criados da mesma maneira extensiva, popularmente chamada de “na solta.” É esse período, que remonta às origens das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, caracterizadas por possuírem elementos culturais próprios, pela ocupação e uso da terra de forma comum por uma determinada coletividade e que, além dos laços de parentesco, compadrio e proximidade, tem em comum a criação de animais de pequeno e grande porte

(caprinos e ovinos) soltos na área. Possuem também roçados de pequenas dimensões de onde tiram as alimentações para si e suplementos alimentares para o rebanho.

## 2.1 BREVE APANHADO SOBRE A LUTA POR RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO.

Com o final das doações de terras através das sesmarias em 1822, o Brasil passou por um período de 28 anos sem legislação sobre o sistema fundiário, fato que permitiu livre apossamento e ampliação da extensão das propriedades de quem já as detinha e a constituição de posses independentes para outros (TORRES, 2013). Esse momento foi fundamental para que as comunidades de Fundos de Pasto pudessem se estabelecer como modo camponês de ocupação das terras do semiárido baiano, consolidando desde então suas características fundamentais de relação com o território ocupado, através de relações de uso coletivo das terras públicas, mais precisamente as terras devolutas. Embora as terras devolutas fossem indeterminadas, isso não significa que estivessem desocupadas (*loc.cit.p. 45*).

Terras devolutas são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular mesmo estando ocupadas. O termo devolutas relaciona-se com a decisão de devolução desta terra para o domínio público ou não, dependendo de ações denominadas discriminatórias (Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, 2014)

A Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 20, inciso II, cita as terras devolutas como sendo bens da União, desde que sejam indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei (BRASIL, 1988).

Devido principalmente à organização de inúmeros quilombos, forte pressão interna de setores abolicionistas da sociedade e interesses econômicos internacionais - especialmente imposto pelo capitalismo inglês, para eliminação da escravidão -, “a Coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso à terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão de obra, já que os escravos libertos deveriam permanecer como trabalhadores assalariados” (STÉDILE, 2011, p.34).

Com a abolição, o trabalhador escravizado obteve sua liberdade civil, mas em geral, as condições materiais de existência do afrodescendente não se revolucionaram significativamente com o fim da escravidão. Alguns quilombolas continuaram vivendo como posseiros nas áreas de seus quilombos. Outros procuraram sobrevivência juntando-se às parcelas marginalizadas, em novas formas de luta pela sobrevivência (FIABANI, 2012).

O sistema sesmarial empregado pela Coroa portuguesa produziu efeitos diferentes. Nas suas possessões, obrigou o cultivo da terra e o cumprimento da função social. No Brasil, deixou como consequência, imensos latifúndios por concessões sucessivas e apropriação indevida e cujas terras, depois abandonadas, retornaram sucessivamente ao controle da Coroa portuguesa e depois do Império brasileiro, resultando nas terras devolutas reguladas pela Lei Imperial de 1850 (TORRES, 2013).

A Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como “Primeira Lei de Terras”, instituiu juridicamente a possibilidade de propriedade privada de terra no Brasil, pois estabeleceu a possibilidade de aquisição de terras mediante compra e regularização nos cartórios após pagamento de certa quantia à Coroa. Desta forma, a terra que antes era propriedade da Coroa e concedida ao latifundiário através das sesmarias, passa a ser uma mercadoria que poderia ser negociada entre proprietários privados. Essa lei discriminou e impediu que os escravos libertos e outras populações rurais pobres se tornassem proprietários, já que estes não possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que já possuíam. A principal consequência social dessa lei foi a consolidação do latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil (STÉDILE, 2011).

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,36% dos estabelecimentos brasileiros que ocupavam uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,9% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,34 hectares, e a dos não familiares, de 313,3 hectares (IBGE, 2006). Esse quadro não mudou nos dias atuais, o que reafirma a ideia de que a garantia do direito de acesso à terra é uma questão atual, premente e que precisa ser discutida. Trata-se de uma situação cujas raízes são históricas e os reflexos atingem diversas áreas que vão desde a produção de alimentos até os problemas sociais gerados pelo êxodo de agricultores sem terra para as cidades, onde se espremem em favelas e ocupações, desempregados ou sobrevivendo em empregos mal remunerados.

Por outro lado, o Brasil abriga uma imensa diversidade sociocultural que se expressa em uma multiplicidade de comportamentos, saberes, línguas, crenças, modos de vida. Em meio a essa diversidade, encontram-se povos e comunidades que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos e estabeleceram vínculos distintos com

esses ambientes dos que prevalecem em meios urbano-industriais (ARRUDA, 1997). Esses grupos, além de contribuírem para a diversidade sociocultural, têm papel fundamental na manutenção da biodiversidade e manejo dos agroecossistemas, considerando o conceito proposto por Gliessman (2001, p. 61):

*É o local de produção agrícola compreendido como um ecossistema, proporcionando uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimento como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem.*

A discussão dos termos *povos tradicionais* e *comunidades tradicionais* tem como momento decisivo o final da década de 1970 e o início da década de 1980. No plano internacional, o Brasil assinou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992 – também conhecida como ECO-92 –, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a qual propunha medidas para assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. Esses termos surgem através de dois campos: o ambiental, onde essas expressões aparecem no debate internacional sobre as políticas de preservação e conservação ambiental relacionadas a temas como biodiversidade e desenvolvimento sustentável e o segundo campo, no qual esses termos ganharam visibilidade, que é o das lutas pelo reconhecimento dos direitos culturais e territoriais dos múltiplos grupos indígenas ou autóctones (LITTLE, 2006).

É nesse contexto que emergem os usos dos termos *povos e comunidades tradicionais* para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas agora destinadas à preservação e à conservação ambiental (CRUZ, 2012).

Esses termos popularizam-se e, aos poucos, vão sendo apropriados por um conjunto mais amplo de grupos sociais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), pela mídia, pela academia e pelo próprio Estado, que institucionalizou essas categorias na forma de legislação, direitos e políticas públicas. Apesar dessas iniciativas, questões primordiais relacionadas a esses grupos permaneceram pendentes, como acesso à educação contextualizada, à terra e à saúde, bem como o acesso às condições mínimas necessárias para que esses povos e comunidades possam permanecer em seus territórios e para que sua identidade cultural seja preservada.

É fundamental que as comunidades tradicionais participem das discussões sobre os conceitos e trajetórias para promoção de uma política efetivamente representativa, para que se construa através das ações dos Povos e Comunidades Tradicionais um sentido ao termo, com

fortes conotações políticas, tornando-se uma categoria da prática política incorporada como uma espécie de identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos (CRUZ, 2012). Um exemplo foi a realização, em agosto de 2004, em Luziânia/DF, do 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, do qual participaram, além de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros, vazanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais e ribeirinhos do São Francisco. O encontro ajudou a definir a composição da nova Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, a qual foi criada a partir do Decreto de 27 de dezembro de 2004 e representou um passo importante para a inclusão social e política desses grupos (IPEA, 2012). Por meio desse decreto, os termos *povos tradicionais* e *comunidades tradicionais* foram institucionalizados, colaborando com isso para certo sentido jurídico e político ligado à construção de políticas públicas (BRASIL, 2004).

Diversos instrumentos jurídicos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, garantem os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Constituição de 1988 é a principal referência. Outro dispositivo importante é o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. Em âmbito internacional, o destaque é a Convenção<sup>169</sup> da Organização Internacional do Trabalho - OIT (MDA, 2007).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi lançada em 7 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto no 6.040. A nova política define povos e comunidades tradicionais como:

*Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).*

Os territórios tradicionais, por sua vez, são definidos como:

*(...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).*

Os fundos de pastos desenvolviam uma forma coletiva de uso da terra bem como criatório de caprinos e ovinos em regime comum. Era ao mesmo tempo sistema produtivo e de relações sociais, econômicas, culturais e familiares que em algumas áreas datavam de 200, 300 anos (TORRES, 2013), no entanto a primeira citação jurídica sobre estas comunidades ocorreu na Constituição do Estado da Bahia através do artigo 178:

*Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.*

*Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio (BAHIA, 1989).*

No dia 11 de outubro de 2013 foi sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia a Lei nº 12910 que regulariza as ocupações de terras rurais e devolutas estaduais pelos remanescentes quilombolas e por comunidades de fundos de pastos e fechos de pastos. No seu artigo segundo, autoriza a concessão de direito real de uso das terras públicas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades de Fundos de Pasto e estabelece os critérios e características a serem observadas no processo de autodefinição.

*Art. 2º - Fica autorizada a concessão de direito real de uso das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente, de forma coletiva, pelas comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, com vistas à manutenção de sua reprodução física, social e cultural, segundo critérios de autodefinição, e em que sejam observadas, simultaneamente, as seguintes características:*

*I - uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência;*

*II - produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo ou comercialização, ou extrativismo de baixo impacto;*

*III - cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais;*

*IV - uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais;*

*V - localização nos biomas caatinga e cerrado, bem como nas transições caatinga/cerrado (BAHIA, 2013).*

Nos parágrafos 1º, 2º e 3º do referido artigo, diz-se que compete à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI emitir a certificação de reconhecimento da comunidade de Fundos de Pasto, declarando a existência destas e, após regular processo administrativo, informar oficialmente à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Cabe à comunidade indicar a área ocupada e realizar o trabalho em nível de organização de autodefinição enquanto comunidade tradicional que

conserva uma série de características diferenciadas. A Portaria SEPROMI nº 007, de 31 de março de 2014, institui o Cadastro das Comunidades de Fundos de Pasto e Fechos de Pasto do Estado da Bahia, reafirma os critérios de autodenificação em consonância com as características estabelecidas na Lei 12910 e lista os documentos necessários para que seja emitida a certidão de reconhecimento. Esta certidão é a condição para celebração do contrato de concessão de direito real de uso destas comunidades em terras públicas estaduais, rurais e devolutas.

A Lei foi uma reivindicação popular, porém, da forma como foi aprovada não contemplou os anseios populares, especialmente das comunidades rurais, seu objeto central. Para a Articulação Estadual de Fundos de Pasto e entidades de apoio, a maior parte da lei não traduz a real situação e necessidades das comunidades. Existe uma série de questões que precisam ser revistas como, por exemplo, no artigo 3º, inciso 2º, onde a mesma impõe uma data limite para protocolar os pedidos de certificação do reconhecimento (31 de dezembro de 2018). O estabelecimento de um prazo para que seja protocolado o auto reconhecimento desrespeita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Constituição Federal, entre outras emendas, comprometendo direitos fundamentais das comunidades tradicionais e desrespeitando os direitos históricos (IRPAA, 2014).

*Art. 3º - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.*

*§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.*

*§ 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018.*

*§ 3º - Nos casos de comprovação de desvio de finalidade na utilização da área concedida, nos termos dos incisos I, II e IV do art. 2º desta Lei, por meio de regular processo administrativo, operar-se-á a resolução do contrato, com retorno do bem à posse do Estado da Bahia, com acessões e benfeitorias existentes e sem necessidade de nova notificação.*

*§ 4º - Na hipótese descrita no parágrafo anterior, será devida indenização pelas acessões e benfeitorias, necessárias e úteis, erigidas exclusivamente durante o tempo de real duração, sem, porém, reconhecimento do direito de retenção à concessionária ou a seus associados (BAHIA, 2013).*

Como se pode ver neste artigo, a lei garante apenas um contrato de concessão de uso e não o título de domínio. Foi apresentada pelas organizações populares, no dia 22 de agosto de 2014, Carta de Repúdio enviada à Secretaria Estadual de Agricultura, mais precisamente à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). O repúdio se deu devido ao parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado acerca do contrato de concessão de direito real de

uso das áreas coletivas a ser firmado entre as comunidades e o Estado. O parecer vai de encontro aos marcos discutidos anteriormente com o próprio governo, através da CDA, com a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto e entidades de apoio (IRPAA, 2014).

O IRPAA, enquanto entidade de apoio, vem junto com a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto contribuindo com a organização das comunidades no sentido de atentarem sobre as determinações da lei, bem como para outras ameaças impostas e que atendem a interesses econômicos e políticos por parte de governos e grupos empresariais brasileiros e estrangeiros. Ao mesmo tempo, dialoga sobre a territorialidade, através de mobilizações e constantes formações. O público principal destas formações são comunidades com características de Fundos de Pasto, mas que não estão na relação de comunidades regularizadas ou com processo iniciado, mapeadas pela CDA ou que não solicitaram a certificação junto a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI.

Na Bahia, são registradas 447 comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto na CDA. Destas, 107 são as que ainda chegaram a receber os títulos de terras, concedidos pelo estado até 2007. Com contratos de concessão de direito real de uso de terras rurais de devolutas ou com processos tramitando na CDA são 147 comunidades e com certificação concedida pela SEPRMI são 164. Segundo estimativa da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, existem de 700 a 1000 comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto em todo o estado que ainda não tiveram suas áreas coletivas regularizadas ou que ainda não se auto identificaram enquanto comunidades tradicionais (IRPAA, 2014).

Foi justamente neste contexto que se realizou o Estágio Curricular Obrigatório, atuando junto ao eixo Terra, setor do IRPAA responsável por fazer o acompanhamento e discussão sobre regularização fundiária das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, realizando formações e mobilizações, no sentido de contribuir no processo de auto identificação e auto reconhecimento para o fortalecimento político e organizativo das comunidades na tentativa de garantir o direito à Terra e ao Território, considerando o tamanho da terra apropriada à realidade.

### 3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A construção metodológica deste trabalho foi feita a partir de uma série de diálogos que procuraram potencializar o período de Estágio Curricular Obrigatório como parte da conclusão do curso de Agronomia, realizando uma pesquisa qualitativa através de um estudo de caso numa comunidade de Fundos de Pasto para identificar e entender as formas de participação econômica, social e ambiental desta comunidade na definição dos seus destinos comuns.

Tendo como fio condutor o levantamento participativo de informações, o primeiro passo foi a realização de reuniões com entidades que atuam na comunidade, como o IRPAA e da COOPERCUC, a partir das quais se planejou um percurso de inserção e interação com as moradoras e moradores, baseado na vivência do cotidiano destes. Assim, adotou-se como uma das ferramentas metodológicas a observação participante que, segundo Verdejo (2010, p. 28), “é crucial para entender por que as famílias camponesas agem desta ou de outra maneira, antes de opinar e de propor suposta ‘solução lógica’”.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Supõe, portanto, o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e situação que está sendo investigada, através de intenso trabalho de campo (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Por estas razões, a convivência em algumas tarefas cotidianas pode esclarecer, muitas vezes, mais do que dezenas de questionários. Enfim, a observação participante propõe que se ande com os olhos abertos e sejam aproveitadas as possibilidades de compartilhar alguns momentos do cotidiano das famílias agricultoras.

A pesquisa qualitativa (ou naturalista) envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectivas dos participantes (*loc.cit.*). Nessa perspectiva, foram passadas (e vividas) duas semanas na comunidade, onde foram cumpridas as tarefas corriqueiras e partilhados os significados materiais e simbólico-culturais que particularizam aquele território, corroborando com o sentido pedagógico deste estágio e acima de tudo compreendendo que a formação acadêmica não pode estar dissociada da realidade na qual se insere. Na situação em particular, trata-se também de uma opção política e social que comunga da ideia que:

*Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um 'tratamento' humanitário, para tentar através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para sua 'promoção'. Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (FREIRE, 2011, p. 54)*

Comunga também das palavras de Chizzotti (2003, p. 83):

*A conduta participante, do pesquisador, não pode ser provisoriamente humilde para efeito de pesquisa. O pesquisador identificado organicamente com a vida e os interesses sociais dos sujeitos da pesquisa, nesta os forma para a ação e para a atuação política (pesquisa militante) e os pesquisados, são sujeitos que elaboram conhecimentos e práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.*

Tais procedimentos de aproximação e coleta de dados se baseiam na etnografia: ocorre por meio da observação direta e contato prolongado com os sujeitos, o que possibilita uma tentativa de interpretação de suas formas de organização, representação, construção de identidades e experiências culturais (GIRARD JR, 2009). Por isso, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos, uma vez que entra em campo a subjetividade do pesquisador em identificar a maneira mais adequada de intervir no contexto social da pesquisa (*loc.cit.*).

O objetivo primordial da etnografia é “introduzir os atores sociais de maneira ativa e dinâmica na transformação de suas estruturas, preocupando-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar” (MATTOS, 2001, p. 33). Com base nisso, foi construída uma relação de confiança mútua que se refletiu na participação ativa e numerosa dos moradores da comunidade em um importante espaço metodológico que foi a oficina participativa.

A oficina participativa foi realizada na manhã do dia 22 de novembro de 2014, na sede da Associação Comunitária Agropastoril de Testa Branca. Realizou-se uma roda de conversa com o objetivo de escutar e recolher o máximo de informações a partir das experiências da comunidade, tendo como aspectos centrais do debate a análise econômica, produtiva; aspectos sobre estrutura fundiária da comunidade; questões sociais e ecológicas. Após serem levantadas as principais atividades produtivas realizadas na comunidade, as/os participantes definiram algumas pessoas como referências para discutir sobre estas atividades e alguns aspectos relevantes da estrutura fundiária, situação ambiental e organização social. Os critérios de escolha foram definidos a partir do reconhecimento da comunidade e levaram em conta a dedicação e contribuição das pessoas para a organização das ações desenvolvidas na

referida atividade. A sistematização ocorreu através de cartazes coloridos, confeccionados pelos próprios participantes.

Com a indicação das pessoas de referência realizaram-se outras rodas de conversas sobre cada um dos aspectos (análise econômica, produtiva; estrutura fundiária da comunidade; questões sociais e ecológicas). Todo o material obtido a partir dessas dinâmicas foi anotado para posterior análise por parte do pesquisador.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A comunidade Testa Branca fica no município baiano de Uauá, que é um dos dez municípios pertencentes ao Território de Identidade Sertão do São Francisco. Está situada no Norte da Bahia, região Semiárida, às margens do rio Vaza Barris, tendo como outros rios principais o do Peixe, Riacho do Mari, Riacho Ipueira e Riacho da Camandaroba. Faz divisa com os municípios de Andorinha, Canudos, Chorrochó, Curaçá, Jaguarari e Monte Santo. O nome Uauá é uma palavra de origem indígena que significa vagalume ou pirilampo, inseto que durante a noite emite uma luz fosforescente.

Figura 1 – Localização do município de Uauá – Bahia



Fonte: Wikipédia

Segundo José Moacir dos Santos (2013), Uauá desmembrou-se de Monte Santo, em julho de 1929, compreendendo uma área de 3.128km<sup>2</sup>. Foi local estratégico na guerra de Canudos, onde aconteceu a primeira batalha entre o exército e os canudenses (SANTOS, 2013). Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010) o município tem uma população de 24.294 habitantes, sendo 10.761 na zona urbana e 13.533 na zona rural, totalizando 12.076 mulheres e 12.218 homens.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano, IDH é 0,631 (PNUD, 2002); 30% da população é analfabeta; a principal atividade econômica é a pecuária, principalmente de caprinos e ovinos. Por esta característica, Uauá é conhecida como a capital do bode; as atividades de agricultura, extrativismo vegetal, indústria, mineração e comércio, também fazem parte da economia local (MARTINS, 2007).

A comunidade Testa Branca está a cerca de 20 km da sede do município de Uauá. Segundo informação verbal de Robson Vieira dos Santos, presidente da Associação Comunitária Agropastoril de Testa Branca, a comunidade possui aproximadamente 100 famílias com uma média de 3 pessoas por família, sendo que todas tem algum grau de parentesco. A comunidade possui este nome devido à presença de formações rochosas de cor branca que ficam ao redor da comunidade.

Durante o período de observação participante foi possível perceber um alto grau de solidariedade entre as pessoas da comunidade. Todos os dias as famílias visitam as casas vizinhas e discutem sobre temas variados, incluindo debates sobre os problemas de saúde na comunidade, para os quais, coletivamente, buscam soluções.

Em conversas com Pedro Barbosa dos Santos, 85 anos, popularmente conhecido como seu Pedro do Julio e seu irmão José, o popular tio Zeca, 88 anos, dois dos moradores mais antigos da comunidade, eles afirmam que a história da comunidade de Testa Branca remonta ao tempo dos povos indígenas que viviam nesta região. Segundo seu Pedro, “os caboclos índios sabiam viver nestas terras, naquele tempo eles conseguiam encontrar água em todo lugar já que de todo lugar brotava água, na própria base da pedra da Testa Branca haviam nascentes”. Ele afirma que tem descendência indígena e já encontrou louças indígenas enterradas nas sombras de um umbuzeiro no alto de uma serra.

Durante a instalação das propriedades do homem branco, houve inúmeros conflitos entre índios e brancos, contudo, ainda hoje, apesar das várias tentativas de extermínio, existem povos indígenas em todo o semiárido como por exemplo os povos Truká, Kantaruré, Pankararé, Xucuru Kariri, Tuxá, Atikum, Tumbalalá e Tubalalá.

Segundo tio Zeca, a colonização começou com Manoel Ferreira dos Santos, pai de Cassiano Ferreira dos Santos, bisavô de tio Zeca. Essa informação foi confirmada em entrevista concedida por Miroval Ribeiro Marques, atualmente vereador do município de Uauá, que durante muito tempo foi colaborador do IRPAA neste município.

Miroval Ribeiro Marques e Victor Maciel do Nascimento Oliveira, ao realizarem sistematização da experiência sobre o Fundo de Pasto como um “jeito de viver” na comunidade de Testa Branca, trabalho de conclusão do curso de Especialização em Convivência com o Semiárido na perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco, identificaram que “a história de colonização da comunidade de Testa Branca iniciou-se no ano de 1858, quando um morador da localidade, o Senhor Manoel Ferreira dos Santos, comprou do Capitão Salvador Pires de Carvalho, as terras daquela localidade. As famílias se multiplicaram, mas a regularização fundiária nas diretrizes do modelo fundo de pasto só aconteceu no ano de 1994, por ocasião da fundação da Associação Agropastoril da Fazenda Testa Branca.

Trata-se de um agroecossistema inserido no Bioma Caatinga que apresenta uma especificidade singular e natural, com grandes potencialidades determinadas pela sua diversidade e limitações em detrimento às características edafoclimáticas e históricos processos sociais e políticos. Santos (2013, p. 10) lembra que “pela interação e conflito de três povos distintos, surgiram muitas comunidades que desenvolveram modos próprios de se organizar socialmente, independente do modelo social oficial vivido no país”.

#### 4.2 INDICADORES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE TESTA BRANCA.

A comunidade de Testa Branca possui apenas uma associação, a Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Testa Branca, fundada em 18 de novembro de 1994, como primeiro encaminhamento para enfrentar os problemas relacionados à exploração das terras e seus recursos naturais. Iniciaram um processo de diálogo para acordarem sobre o uso e preservação da área de Fundos de Pasto e foi necessário dialogar com outras comunidades vizinhas que possuem áreas confrontantes.

Com a criação da Associação Comunitária, os sócios elaboraram um Estatuto que, dentre outras questões, pauta como prioridade a conservação e preservação da área coletiva do Fundo de Pasto por toda a comunidade, sendo responsabilidade da associação conduzir o processo de regularização das terras devolutas de uso coletivo.

Atualmente, a Associação se reúne sempre no primeiro domingo de cada mês e hoje são 54 sócios efetivos. As famílias afirmam que quando começaram a se articular em reuniões para, coletivamente, buscar soluções e alternativas para diversas questões, as condições de vida melhoraram. A comunidade é unida para realizar mutirões nas atividades e Testa Branca é reconhecida por outras comunidades do município de Uauá como uma referência sobre união e organização.

Através da oficina participativa, pode-se identificar que, na comunidade, a situação da educação é muito ruim. Testa Branca tem apenas uma escola municipal, com duas salas que funcionam com turma multisseriada. Dessa forma, crianças de diferentes idades e de diferentes séries dividem, ao mesmo tempo, o mesmo espaço estrutural e a mesma equipe pedagógica.

A escola possui uma cantina que nem sempre fornece a merenda escolar obrigatória. A disponibilidade de água para beber também é precária, já que a escola não possui filtro, sendo consumida água diretamente da cisterna. Para todos os mais de vinte estudantes existe apenas um único banheiro.

Segundo Robson Vieira dos Santos, presidente da Associação Comunitária Agropastoril de Testa Branca, no projeto inicial a escola era para atender crianças da primeira à quarta série do ensino fundamental, mas só funciona da primeira e a segunda, a partir da terceira série as crianças têm que ir para a comunidade vizinha, Lagoa do Pires, que fica a seis quilômetros de distância, através de transporte escolar custeado pela prefeitura.

Hoje apenas três pessoas (dois homens e uma mulher) fazem curso técnico junto com o ensino médio, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal em 2011. Apenas três pessoas (três mulheres) cursaram ensino superior, duas concluíram pedagogia e uma concluiu o curso de letras.

O atendimento público de saúde também é visto como precário. Segundo os moradores da comunidade, a gestão municipal retirou o único médico que realizava atendimentos semanais na comunidade, sem informar sobre o motivo da suspensão do serviço. A comunidade afirma que existem boatos sobre impasse salarial entre o profissional e a prefeitura.

O posto de saúde encontra-se desativado e hoje as pessoas têm que buscar atendimento na comunidade vizinha de Lagoa do Pires, que também está com o atendimento precário. Segundo os moradores, a prefeitura não libera o transporte para os médicos atenderem em Lagoa do Pires e com isso houve redução na equipe.

A comunidade de Testa Branca é atendida por uma agente de saúde que regulamente se faz presente com visitas mensais em cada casa. Em situações de emergência, as pessoas se deslocam para o único hospital municipal de Uauá, que possui 24 leitos, ou buscam atendimento em outras cidades, geralmente Juazeiro. As pessoas mais velhas têm o costume de ensinar e aplicar remédios naturais com plantas da Caatinga.

Ainda existem algumas pessoas que têm acesso à água através de caminhão pipa. No entanto, praticamente todas as casas têm cisterna de consumo humano. Segundo Robson Vieira dos Santos, cerca de 90% das casas possuem cisterna para captação de água para consumo humano e 20% das casas têm cisterna de produção, tecnologia destinada à captação de água da chuva, com o objetivo de produção de hortaliças ou plantas de pequenos portes, nos quintas agroflorestais.

A comunidade tem um poço artesiano que beneficia cerca de 50% da comunidade e que, inicialmente, tinha uma vazão de 38 mil litros/hora. Depois da água tratada, há uma diminuição da vazão. Existe outro poço, mas a água não é tratada, portanto imprópria para o consumo humano, sendo utilizada apenas para os animais, além de barreiros, barragens.

Não existe saneamento básico em Testa Branca e o esgoto fica exposto provocando mau cheiro e atraindo insetos e outros animais, a maior parte das casas usa fossa sanitária, pelo menos 70%.

A comunidade não possui posto policial, não são comuns casos de crimes ou violência nesta região, eventualmente são percebidos desaparecimentos de alguns animais, mas geralmente não se registra ocorrência.

Através da facilidade de compra, a maioria das pessoas possuem eletrodomésticos, todas as casas têm energia elétrica, mas a maior parte não tem acesso a tecnologias.

Foram apontados como os principais meios de comunicação utilizados o rádio e a televisão. É possível realizar ligações através de aparelho celular por uma única operadora móvel. O uso da internet se dá exclusivamente através do celular, quem não tem acesso a essa tecnologia geralmente utiliza *lan houses* na sede do município de Uauá.

Além de trabalharem nas suas áreas individuais, uma outra forma de emprego muito comum é fornecendo serviços no esquema de diárias, aonde a pessoa trabalha oito horas por uma remuneração de 35 reais por dia, geralmente em serviços de concerto de cerca, limpeza de tanques, cortar palma para alimentação animal, capinas manuais ou alguns outros serviços ligados a trabalhos manuais, que são fornecidos geralmente para as pessoas idosas. Algumas pessoas são tratoristas, ajudante de pedreiro, administram bares e mercearias na própria comunidade.

#### 4.3 DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS ASPECTOS ECOLÓGICOS.

Quando perguntados sobre alguns aspectos ecológicos, a comunidade avalia que houve mudanças significativas a partir da organização da associação, tomando como debate fundamental a discussão das questões ambientais. Com avanço na conscientização e fortalecimento de processos pedagógicos com foco na discussão da Convivência com o Semiárido, a área coletiva de Fundo de Pasto passou por um processo de recuperação e recomposição da sua vegetação, além disso, a comunidade relatou aumento na presença da fauna nativa (abelhas, pássaros, pequenos mamíferos, alguns felinos).

Algumas práticas que a comunidade avalia como prejudiciais, outrora executadas, deixaram de existir ou diminuíram consideravelmente, como as queimadas feitas para instalação dos roçados e no manejo alimentar do gado dentro da caatinga. Percebe-se o aumento da diversidade de espécies, conseqüentemente o aumento da pastagem e a manutenção da vegetação nativa.

Indicadas pela comunidade como referências no debate ambiental, o casal Edite Ferreira da Silva e Isaias Ribeiro da Silva, respectivamente com 67 e 69 anos, carinhosamente repartem os conhecimentos adquiridos em uma vida inteira de uso de técnicas agroecológicas na sua área de 53 hectares, mesmo antes de ouvir pela primeira vez o nome Agroecologia.

Segundo seu Isaias, “se não tiver paciência não faz o Sertão andar, ele é lento e precisa de muita paciência pra ter vida e vida de qualidade, por isso que nós temos que ter uma relação com a Terra igual o pé direito e o pé esquerdo, tem que andar juntos com harmonia e equilíbrio senão cai”.

O casal conta que a partir do incentivo do IRPAA, no início da década de 90, a comunidade se dedicou a resgatar práticas tradicionais que estavam sendo perdidas com o pacote tecnológico impulsionado pela agricultura industrial a partir da chamada Revolução Verde. Citaram como práticas tradicionais benéficas que foram resgatadas o plantio de árvores nativas, incentivo à fruticultura adaptada, plantio de forrageiras (sorgo, leucena, gliricidea, mandioca adaptadas que servem pra alimentação animal e fabricação de farinha) e produção de compostos orgânicos como fonte de adubos naturais.

Existe uma forte conotação econômica no uso destas técnicas, já que, além da prática em si, elas possibilitam maior autonomia e independência em relação a fornecedores de insumos externos a comunidade. A técnica de armazenar forragens, por exemplo, foi fundamental para sair da dependência do atravessador que, na época da seca, fornecia

suplementação na alimentação animal. Se anteriormente as práticas eram prejudiciais à dinâmica da natureza, atualmente já se pode observar um processo de conscientização em curso envolvendo diferentes faixas etárias.

Seu Isaias diz que antes não se importava em praticar aração em curva de nível, utilizava arado morro abaixo, que degradava a terra. Hoje aprendeu que plantar em curva de nível conserva o solo e ele diz que com a poda consciente da Caatinga não precisa desmatar, é só ralear que ela oferece muitos elementos que o sistema necessita. O casal mantém cerca de 60% da área coberta de Caatinga, observando o plantio no sentido Leste-Oeste, ou, como disse dona Edite,

*do nascente ao poente, por falta de conhecimento na plantação a gente não observava isso, nós precisamos viver junto com a própria natureza, não é viável ter quantidade e sim qualidade, quando passamos a priorizar a criação de algumas cabras de leite, aprendemos que é necessário fornecer boa alimentação e água, além de um correto manejo sanitário e melhorar as instalações do aprisco suspenso (informação verbal).*

O planejamento da propriedade é fundamental para garantir as melhores condições para realização plena. A maior parte das famílias abandonou a criação de gado bovino por acreditar que é inviável para as condições da região e hoje a criação de caprinos e ovinos é unanimidade. A propriedade de Dona Edite e seu Isaias repete uma prática comum em Testa Branca: a divisão da pastagem em piquetes reservados. O casal tem 41 piquetes dividindo o manejo para não degradar a terra, assim garantem pousio em algumas áreas na medida em que outras vão sendo utilizadas. Existem vários tipos de tecnologias de captação de água da chuva disponíveis na comunidade, cisterna para o consumo humano, caxios, cacimbas, cisterna de produção e barragem subterrânea.

Dona Edite conta que antes existiam chuvas em estações um pouco mais regulares, diz que depois dos anos 90 percebeu que “as coisas foram mudando, as chuvas já não vinham na época certa, as pragas aumentaram, por conta da destruição da mamãe Terra, as chuvas estão cada vez mais escassas”. Seu Isaias acredita que

*o semiárido vai ficar cada vez mais ariado, mais seco, por isso tá na hora de plantar cultivos mais resistentes, a mãe Terra anda sofrendo muito por causa de pessoas que estão devorando a natureza, tem lugar que tá ficando salgado, com a seca muitas pessoas queimaram a Caatinga pra oferecer aos animais, o processo de desmatamento prejudicou muito, diminui a quantidade de animais (informação verbal).*

Uma crítica levantada durante a oficina participativa é que às vezes a comunidade recorre a tecnologias de fora do seu contexto e deixa de lado sua própria vocação. Segundo Dona Edite, “temos que verificar e criticar o modelo de pesquisa oferece alternativas sem observar características locais”.

#### 4.4 QUESTÃO AGRÁRIA E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA.

A consolidação do modo de viver na comunidade Testa Branca é fruto de um processo histórico de desmembramento das sesmarias, neste caso a Casa das Torres, já discutido anteriormente neste trabalho.

As gerações mais recentes de membros desta comunidade não demonstram tanto interesse por discutir este processo histórico, durante todo o período do estágio, pode-se perceber que quando se tratava em discutir a situação fundiária não havia participação e colaborações das pessoas mais jovens.

Para os mais velhos da comunidade isso se deve ao fato de o título de área coletiva já ter sido garantido há cerca de vinte anos. No entanto, parte da comunidade acredita que, mesmo tendo uma área de 2500 hectares regularizada como Fundo de Pasto, é importante envolver os jovens nas discussões de acesso e garantia do território em tamanho apropriado para se viver com dignidade nas condições do semiárido. Além disso, é fundamental a organização da comunidade, pois a instabilidade em que as comunidades tradicionais vivenciam é uma realidade. As disputas entre formas de uso das áreas devolutas são constantes e muitas vezes o Estado permite que diversos empreendimentos se instalem nessas áreas para fins exclusivos de exploração econômica. Muitas famílias relataram viverem apreensivas quanto à possibilidade de chegada de algum desses empreendimentos em Testa Branca ou na região circunvizinha. Moradoras e moradores relatam as experiências de instalação de mineradoras, torres de energia eólica, avanços de empreendimentos do agronegócio e especulação fundiária feita pelos chamados grileiros, entre outros empreendimentos, de maneira prejudicial para as comunidades de Fundos de Pasto. Essa também é a interpretação que algumas organizações populares, como o IRPAA, fazem da realidade agrária no Estado da Bahia.

A comunidade Testa Branca vivenciou casos de grilagem por parte de fazendeiros e posseiros que irregularmente foram se instalando nas áreas devolutas, sem respeitar as tradições e modo de viver da comunidade, por isso houve alguns conflitos no final da década de 1980. Foi justamente a partir da luta por garantia de direitos sobre o território que a

comunidade se organizou através da Associação e, em mutirão, abriu os chamados variantes e entrou com o pedido de demarcação de território, efetivado em 1994.

Mesmo havendo diminuição dos conflitos, ainda existem problemas de garantia sobre o uso coletivo do território como, por exemplo, a pressão para retirada de madeira ilegalmente por parte de pessoas de fora da comunidade.

Uma das principais preocupações é o super pastoreio devido à carga excessiva de animais de outras comunidades que utilizam a área de fundo de pasto de Testa Branca. Mesmo a área sendo toda demarcada por piquetes, em situações de estiagens prolongadas, a pastagem natural fica mais concorrida pelo alto número de animais. Essa prática de dividir a área em piquetes é considerada como benéfica pelas pessoas que a utilizam, pois garante pousio e composição de uma vegetação de Caatinga mais densa em algumas áreas enquanto outras áreas são utilizadas, mas por conta do acesso ao território por parte de outras comunidades, a oferta de pastagem para os animais está diminuindo.

O problema de excesso de animais nas áreas de Fundo de Pasto é uma realidade que muitas comunidades já estão percebendo, por isso que para além da demarcação do território é fundamental se discutir o tamanho apropriado para se viver respeitando as características de solo, tipo de vegetação, regime pluviométrico, formas de uso entre outros fatores.

Segundo o Zoneamento Agroecológico desenvolvido pela EMBRAPA, o uso das terras do Semiárido deve ser da seguinte forma: 4% para irrigação; 16% para agricultura de sequeiro; 44% para extrativismo e pecuária com animais de médio porte 36% para áreas de extrativismo e reserva ambiental obrigatória por não ter aptidão natural para agropecuária.

Na opinião de Adilson Ribeiro dos Santos, morador da comunidade de Testa Branca e atual presidente da Cooperativa Agropecuária Familiar dos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC,

*hoje a maioria das pessoas da comunidade ainda respeitam os cuidados com a área de Fundo de Pasto, para nós essa área é nosso meio de sobrevivência, se não regularizasse e discutisse a importância do Fundo de Pasto, a comunidade estaria numa situação bem pior, provavelmente até não existiria condição de viver neste lugar, ou todo mundo teria que criar seus animais presos, mas individualmente nem todo mundo tem área suficiente pra criação (informação verbal).*

Ele aponta como as maiores dificuldades da comunidade a falta de estabilidade e garantia de permanência no território de Fundo de Pasto. “Tem muita comunidade que já não tem área e isso é preocupante”, afirma o camponês.

#### 4.5 A ESPECIALIZAÇÃO NA CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE.

Durante todo o percurso metodológico de observação participante, reuniões, oficina participativa e rodas de conversa, foi apontada como principal atividade econômica desenvolvida pela comunidade, a criação de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e sem dúvida essa é uma prática presente no cotidiano de todas as famílias de Testa Branca, pois mesmo as que não criam, comercializam ou consomem os derivados desta cadeia produtiva.

Foram apontadas pela própria comunidade pessoas de referência para esta atividade, que prontamente se colocaram à disposição para discutir sobre as condições de produção.

Uma das pessoas de referência para a criação de animais em Testa Branca é José Ribeiro dos Santos, popularmente conhecido como Condongo, que começou a criar com 10 anos e hoje tem a sua principal fonte de renda na criação das cerca de 250 cabeças de bode. Por conta da seca, o preço de venda do bode está elevado. Segundo Condongo, atualmente quem mais compra carne na comunidade são as pessoas aposentadas. Na sede do município, a venda da carne produzida em Testa Branca se dá por meio do “atravessador”. É um fator limitante, mas sem ele seria impossível vender na cidade.

Para Candongo, criar um bode no sistema de Fundo de Pasto além de fazer parte da cultura da região, tem um fator que não se gasta muito dinheiro no manejo, pois se realizam práticas agroecológicas. O custo maior é com remédio e sal mineral. O sal mineral é o próprio criador que faz com algumas plantas disponível na comunidade como, por exemplo, pau ferro, leucena, casca de ovo, andú, alho, mastruz e imburana de cheiro. Já os remédios, são para verminose e piolho, mas com boa alimentação o animal fica menos doente. Se tiver num tempo verde, não precisa de remédio; no tempo de seca, foi necessário até comprar água. Gastou mais de R\$ 2 mil reais este ano com abastecimento de água em seus 5,8 hectares, onde fica o chiqueiro e a plantação de palma como reserva estratégica de nutriente.

Afirma que a principal criação ainda é o bode. A ovelha precisa de alimentação especial e não se cria no mato, não resiste à seca. Reclama que os mais novos não querem mais saber de ajudar na criação. Avalia que dá para viver bem só da criação. Vende de 15 a 20 cabeças por ano, e estima que a comunidade comercialize 2 mil animais por ano.

Por essa breve descrição da entrevista com Candongo pode-se perceber como ele simboliza a sua relação com o território, discorrendo sobre vários aspectos da vida social da comunidade a partir de sua própria criação. A tensão entre o tempo verde e o tempo da seca se revela nas práticas culturais que teve de construir para sobreviver no território, exemplificado pela substituição da ovelha pelo bode.

Para reduzir os custos, o que é fundamental em tempo de pouca criação, passou a cultivar as principais plantas forrageiras com as quais processa as rações de seus bodes nos pouco mais de 5 hectares que possui. No momento em que instituições como o IRPAA defendem o recaatingamento do semiárido brasileiro, Candongo revela que se tivesse água nos Fundos de Pasto e a Caatinga estivesse em pé seria mais fácil lidar com o regime cíclico da seca e alimentar a criação sem passar tanto aperto.

Para Adilson Ribeiro dos Santos ainda existem muitas dificuldades por conta da redução da chuva, mas a comunidade está buscando construir muitas oportunidades. O maior exemplo vem da COOPERCUC, que tem sido um importante complemento de renda através do beneficiamento de frutas nativas.

Outro bom exemplo foi dado quando a Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Testa Branca conseguiu construir e colocar em funcionamento um laticínio que chegou a operar com 300 litros/dia gerando mais de 30 quilos de queijo por dia e visualizando a possibilidade de operar 1000 litros, no entanto se encontra temporariamente parado, por problemas de gestão, falta de assessoria, acompanhamento técnico, especialmente por parte do poder público e reestruturação para seguir normas técnicas e sanitárias.

A cadeia produtiva de caprino não tem organização, tanto a criação para o abate (corte) quanto à criação para produção de leite, uma média de produção de 2 litros/cabeça de cabra. É unanimidade entre os participantes deste estudo que mesmo tendo como principal produto a carne, é urgente investimento público em reestruturação de alternativas produtivas como o beneficiamento feito pelo laticínio. Os animais criados em Testa Branca não agregam valor, pois se vende direto ao atravessador, por isso é urgente investimento em tecnificação e aprimoramento da cadeia produtiva.

Para Robson Vieira dos Santos, presidente da Associação Comunitária Agropastoril de Testa Branca, a comunidade precisa de mais incentivo das organizações públicas como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA. Robson diz que a associação já buscou apoio e parcerias, mas não consegue realizar ações concretas com a EBDA, para ele se não fosse o IRPAA e a COOPERCUC, a comunidade estaria em situação mais difícil.

Além desses aspectos econômicos, ambientais e ecológicos, o confronto entre gerações dos espaços rurais brasileiros se expressa em queixas da juventude rural, que não quer se dedicar à criação, e a valorização dos idosos (aposentados), principais consumidores da carne de bode. Esses e outros aspectos se anunciam, em certa medida, nas entrevistas realizadas sobre todos os temas-geradores, que revelam conteúdos valiosíssimos na formatação de um diagnóstico sobre a vivência no semiárido baiano. Afinal, como nos afirma Josemar Martins (2007), a educação contextualizada está interessada em outras narrativas que não sejam apenas as narrativas hegemônicas, emanadas dos centros de referência de emanação do discurso legítimo.

#### 4.6 BENEFICIAMENTO

Uma atividade apontada como de fundamental importância para aproveitar o ciclo produção do umbuzeiro, que dura cerca de 40 dias, é o beneficiamento a partir do extrativismo. Jeisiane Ribeiro de Almeida, 30 anos, moradora da comunidade Testa Branca, é uma das cooperadas da COOPERCUC que ajuda a organizar a unidade de beneficiamento de frutas que fica na própria comunidade.

Segundo a COOPERCUC, hoje são mais de 200 famílias cooperadas, algo em torno de 1000 pessoas. A principal matéria prima beneficiada e propagada culturalmente é o fruto do umbuzeiro, que são redondos de casca verde amarelada e tem uma polpa suculenta de agradável sabor agridoce. O umbu pode ser consumido em compota, fresco ou transformado em suco, geleia ou gelatina.

Além do fruto símbolo, outros produtos são fabricados como o maracujá do mato, quase do mesmo tamanho do umbu, de casca verde e sabor menos ácido e mais doce que o maracujá comum; a goiaba e a manga também são aproveitadas. Comumente é utilizado o processo extrativista desses frutos, contudo, desde 2006, a comunidade de Testa Branca começou a cultivar o maracujá do mato com muito sucesso, colhendo praticamente o ano todo. São fabricados os mais variados produtos como: compota de manga, doce de umbu, suco de umbu, de goiaba, geleia de maracujá, entre outros.

A cooperativa tem como base a comercialização dos produtos a partir da ideia de economia solidária e do comércio justo, que consiste na aplicação de baixos impostos na Europa para produtos procedentes de países sub desenvolvidos pertencentes a projetos autossustentáveis.

Atualmente o mercado atingido pela cooperativa está concentrado na Europa e abrange países como França, Alemanha e Áustria, futuramente a Itália também fará parte do grupo. No Brasil, ainda há um mercado consumidor incipiente para este tipo de produto especializado da agricultura familiar, por isso, o mercado institucional é fundamental para a comercialização.

O governo federal, através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), distribui os produtos para algumas escolas de ensino fundamental no semiárido.

A COOPERCUC tem parceria com a *Slow Food*, uma organização sediada em oitenta países que tem como propósito promover o consumo de alimentos saudáveis e de qualidade, buscando nos costumes alimentares de antigos povos que permanecem até hoje nas comunidades do semiárido e outras regiões do planeta. Numa perspectiva contrária ao consumo massivo e global de alimentos industrializados, promovem a valorização dos alimentos locais e regionais.

Estão instaladas mini fábricas em 16 comunidades, nas quais se inicia o processo produtivo, abastecem com a matéria prima, produzem as compotas, sucos, geleias, polpas e doces para serem comercializados pela sede da cooperativa, na qual está também instalada uma fábrica central de beneficiamento.

A sede tem a função de comercializar os produtos fabricados pelas comunidades assim como fornecer-lhes outros materiais como utensílios de vidro, os rótulos, açúcar, etc. Ela é a responsável pela gestão e distribuição do lucro para os associados.

Conforme dados disponibilizados pela COOPERCUC, a comunidade de Testa Branca no ano de 2013 entregou R\$ 10818 em produção e tem como meta para o ano de 2014 produzir cerca de 3800 kg de compotas, doces, geleias, sucos entre outros produtos.

Jeisiane Ribeiro de Almeida avalia que a cooperativa é um exemplo extraordinário de organização social, que valoriza as forças produtivas do semiárido e mostra que é viável viver nesta região. Ela afirma que o trabalho coletivo trouxe melhorias sociais, econômicas e ambientais. Antes só os homens iam catar e as mulheres ficavam na fábrica, hoje em dia só mulheres trabalham na unidade, onde participam 6 famílias de Testa Branca que já passaram por vários cursos de preparação. Destaca ainda a valorização da organização social através do cooperativismo, diz que se sente feliz por contribuir para a valorização da mulher e que não faz por dinheiro, faz por amor.

Em sua opinião, se houvesse mais incentivo com pesquisas e novas parcerias, poderiam descobrir e valorizar outras fontes de alternativas econômicas através do

beneficiamento de outras frutas. Finaliza dizendo que não pensa em ir embora da comunidade e que através da associação e da cooperativa se sente incentivada a estudar e permanecer na região, “tenho vontade de ver a família viver cada vez melhor”.

#### 4.7 AGRICULTURA

Cultivar na condição de vida que a comunidade Testa Branca tem é, sem dúvida, uma atividade instável. A dependência da ocorrência de chuvas é um dos fatores que faz essa atividade não ter maior participação neste contexto. Grande parte das famílias cultivam organicamente ao redor das suas casas plantas medicinais, ornamentais, hortaliças e árvores para sombreamento ou frutíferas, porém, a maior parte da área plantada é ocupada com espécies adaptadas para servir de alimentação para os caprinos e ovinos.

José Ribeiro da Silva, 50 anos, popularmente conhecido como Galego, foi apontado pela comunidade como uma das referências sobre agricultura em Testa Branca. Galego trabalha diariamente na sua área de 8 hectares. Afirma que a maior parte de sua renda vem da roça e da criação. E se sente bem com a vida que tem, diz que nunca passou fome.

A estiagem prolongada nos últimos anos fez com que diminuísse a área plantada. As principais culturas implantadas em Testa Branca são feijão, milho, mandioca, no entanto, existem outros cultivos que se destacam como a melancia e o maracujá do mato. A maior parte do que é produzido é armazenado para consumo em diferentes épocas, em situações de preço favorável é realizada venda de uma parte do que se produz, contudo se reserva parte para estoque. Segundo o agricultor, mais da metade do que produz é estocado, menos da metade é vendido, quando vende é através de “atravessador”, a farinha é vendida diretamente ao consumidor na própria comunidade por 100 reais um saco de 50 quilos, já para o atravessador vende por 70 reais um saco de 50 quilos.

Apontada pela comunidade como vantagem, existe a tradição de armazenamento e troca de sementes entre seus membros, com isso se garante uma planta bem mais adaptada à condição local, além de ser um importante elemento cultural de busca por autonomia e soberania alimentar. A comunidade, além de não precisar comprar sementes, não utiliza agrotóxicos e, para o popular Galego, essa autonomia gera esperança na agricultura.

É comum se utilizar trator no preparo do solo para plantio. É utilizada ainda a plantadeira manual, capina manual, capinadeira de tração animal, esses foram apontados como elementos responsáveis pela maior parte dos custos de produção.

Existe utilização de mão de obra remunerada, geralmente o preço pago é de 35 reais pelo dia de serviço. Grande parte das pessoas da comunidade já deixaram de plantar e vivem de aposentadoria e criação de animais.

A avaliação que a comunidade faz sobre a área disponível para agricultura é que as terras individuais estão em tamanho suficiente, já a área coletiva utilizada no sistema de Fundos de Pasto da comunidade tem um tamanho considerado grande, mas o problema é que outras comunidades também usam.

Foi relatado por todas as pessoas ouvidas que é comum a participação em mutirão, tanto pra construir as cisternas, quanto para as atividades ligadas a agricultura, como capinar, colher, ajudar nas podas, manejo sanitário de animais, arrancar e raspar a mandioca entre outras funções do cotidiano.

#### 4.8 MEL

João Bosco Dantas dos Santos, 48 anos, nascido e criado em Testa Branca, possui uma área de 36 hectares. Hoje ele possui 16 caixas para cultivo do mel e é a maior referência da comunidade na criação de abelhas. Há seis anos começou a ideia de criar abelha, em seguida passou por cursos e formações, incentivado também pelo IRPAA. Conta que, inicialmente, há mais ou menos seis anos, poucas pessoas se interessaram. Hoje Bosco captura abelhas na própria comunidade e já percebe que os mais jovens demonstram interesse em apreender esta técnica, o que ele acredita se dever ao fato de ser uma forma de preservação do meio ambiente que dá lucros como uma alternativa econômica. Ele mesmo conta com a ajuda do seu filho de 16 anos de idade.

A instabilidade, devido à ausência de uma cadeia produtiva organizada, faz com o principal canal de comercialização seja através de “atravessador”. Mesmo Bosco tendo condições e experiência para viabilizar a criação de abelhas, a falta de assistência técnica especializada e incentivo faz com que algumas vezes se sinta desmotivado para executar esta atividade. O fato de ele também ser associado à associação de apicultores da comunidade São Bento, e se reunir no primeiro domingo de cada mês, o faz lhe sentir mais esperançoso que com a organização e pressão social poderá conseguir melhorias.

A associação tem intenção de criar outros canais de comercialização para além do atravessador. Para isso, é fundamental a implantação de uma casa de mel na zona urbana de Uauá, portanto o poder público deve atentar para esta demanda.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma ampla bibliografia sobre as comunidades tradicionais onde muitas pessoas têm dado valiosas colaborações na discussão sobre as comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, no entanto, foi percebida a necessidade de aceitar o desafio neste trabalho de conclusão de curso e fazer um estudo de caso que fortalecesse a discussão sobre a importância destas comunidades para a realidade local.

A comunidade de Testa Branca é relevante por vários motivos à sociedade, pois ao produzir alimentos que compõem a alimentação básica nacional, como, por exemplo, feijão, milho e mandioca (e, no caso desta comunidade a produção se realiza sem uso de agrotóxicos), é um enfrentamento ao modelo de agricultura intensiva, voltada apenas para exportação, com uso de um pacote tecnológico dependente de insumos artificiais que favorecem apenas as grandes corporações internacionais, que concentra terra, explora mão de obra e destrói as bases naturais que possibilitam a manutenção da vida, como a própria água.

As atividades realizadas na comunidade agregam a necessidade de uso adequado e recomposição do bioma Caatinga, pois é exatamente através da manutenção deste bioma que se desenvolvem todas as atividades apontadas como principais, como, por exemplo, a criação extensiva de animais em áreas coletivas, que é uma característica marcante das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, o extrativismo de frutas nativas como umbuzeiro, a produção de mel, além de incalculável valor cultural e simbólico das relações pessoais sob uma cultura própria, grau de parentesco próximo, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais. Contudo, diante do contexto de disputa política e ideológica sobre o uso do território pode-se afirmar que existe grande instabilidade sobre o destino desta maneira de viver no semiárido.

Além do imenso desafio organizativo de sensibilização, mobilização e luta para que a comunidade se auto reconheça e tente a emissão da certidão de reconhecimento de comunidade tradicional, existem muitas críticas à forma como está sendo construído e apresentado o modelo de contrato de concessão de direito real de uso, forma de acesso à terra nos casos de comunidades de Fundos de Pasto, pois o processo de regularização fundiária dos territórios historicamente ocupados prevê, dentre outros absurdos, a rescisão unilateral do Contrato pelo Estado, ainda que as Associações cumpram com os objetivos já estabelecidos em Lei. Invocando um interesse público abstrato, como se o modo de vida tradicional e o reconhecimento dos territórios não fossem de relevância pública, demonstra que interesses econômicos muitas vezes superam os interesses sociais ou ambientais.

A articulação estadual de Fundos de Pasto e entidades de apoio questionam também, dentre outras cláusulas, a inclusão de cláusula prevendo a possibilidade de cessão do uso de parte do território tradicional para instalação de torres eólicas, pois, concretamente, estas têm se mostrado incompatíveis com a preservação do modo de vida das comunidades de fundo e fecho de pasto. O Estado, através da ação ou da omissão, é responsável por casos de violações de direitos humanos, garantidos inclusive em convenções internacionais.

A garantia de território em tamanho apropriado é um fator importantíssimo para manutenção do modo de vida das comunidades de Fundos de Pasto ao longo do tempo, pois é necessário observar as condições climáticas e aptidões dos solos da região para se manter o uso sustentável dessas áreas, evitando super pastoreio devido à sobreposição de áreas de pastagem entre duas ou mais comunidades, ou mesmo pastoreio excessivo dentro de uma mesma área coletiva.

Garantir território em tamanho apropriado possibilitaria intensificar com qualidade algumas práticas que são ambientalmente corretas e economicamente importantes, como o extrativismo e beneficiamento de plantas nativas, a criação de abelhas ou até mesmo a criação de caprinos e ovinos, beneficiadas com a ampliação da oferta de forragens.

A comunidade de Testa Branca se destaca no município de Uauá pela organização social, possui unidade de beneficiamento de frutas, laticínio, casa de farinha comunitária, associação com sede própria, todos os modelos de tecnologia de captação de água da chuva como barreiros, barragens subterrânea, cisternas de variados modelos entre outras tecnologias.

Como próximos passos após realização desse estudo de caso, pretende-se realizar a apresentação deste trabalho na comunidade, para fomentar discussões e reflexões sobre seu próprio destino. Além disso, a comunidade já demonstrou interesse em levar estas discussões para o poder público municipal, expressando a necessidade de provocar audiência pública para debater os pontos mais relevantes e críticos vivenciados em Testa Branca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARRUDA, R. S. V. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1999, Curitiba. Anais. Conferências e Palestras, v. 1, p. 262-267.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html)>. Acesso em: 07 de Nov. 2014

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 27 de dezembro de 2004: cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm)>. Acesso em: 02 Dez. 2014.

CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CDA. Disponível em: <<http://www.cda.ba.gov.br/faq/index.php>>. Acesso em 12. Nov. 2014

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 6 ed. – São Paulo : Cortez, 2003 (Biblioteca da educação. Série 1. Escola ; v. 16)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA. Disponível em: [http://www.uep.cnps.embrapa.br/zoneamentos\\_zane.php](http://www.uep.cnps.embrapa.br/zoneamentos_zane.php) . Acesso em 13. Nov. 2014

FERRARO Jr. L. A. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos Fundos de Pasto da Bahia*. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FERRES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam, Holanda: CEDLA, 1990.

FIABANI, Aldemir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIRARDI Jr., Liráucio. *A reportagem como experiência etnográfica*. Anuário do Jornalismo: revista da coordenadoria do curso de jornalismo da Universidade Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, p. 198-211, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável* – 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Relatório de Pesquisa: A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409\\_relatorio\\_comunidades\\_tradicionais.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_comunidades_tradicionais.pdf)> Acesso em : 01. Dez. 2014.

IRPAA – INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. Disponível em:< <http://www.irpaa.org/modulo/terra> >. Acesso em 21. Nov.2014.

LITTLE, P. E. *Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006. (Mimeo.).

MARTINS, Josemar da Silva. *Proposta Político Pedagógica para as escolas municipais de Uauá*. Gráfica Franciscana. Petrolina, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/cgpct/apresenta%C3%A7%C3%A3o#sthash.eDvOZYzd.dpuf>>. Acesso em 02.Out.2014.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, José Moacir dos. *Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto: o papel da educação formal para o reconhecimento e a valorização de sua identidade cultural*. José Moacir dos Santos. - Juazeiro, 2013. 55 f. Orientadora: Pro<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edonilce da Rocha Barros. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual da Bahia - Departamento de Ciências Humanas, Campus III.

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.sepromi.ba.gov.br/>>. Acesso em: 07.Out.2014

SILVA, José de Souza. *Aridez mental, problema maior: contextualizar a educação para construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semi-Árido Brasileiro*. In: Seminário Nacional sobre Educação contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido. Campina Grande, Embrapa/INSA, 2010.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 11.ed. São Paulo: Atual, 2011 (Série Espaço e Debate).

TORRES, Paulo Rosa. *Terra e territorialidade das áreas de fundos de pasto no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnostico rural participativo: guia práctico DRP*. Brasília: MDA / Secretaria de Agricultura Familiar, 2010. 62 p:il.

## APÊNDICE



**Figura 2: Adilson Ribeiro dos Santos, morador da comunidade e presidente da COOPERCUC**



**Figura 3: Apresentação da proposta do TCC a algumas lideranças da comunidade**



Figura 4: Participantes da oficina participativa, um dos percursos metodológicos utilizados nesta pesquisa



Figura 5: O casal Edite Ferreira da Silva e Isaias Ribeiro da Silva, que discorreu sobre aspectos ecológicos da comunidade.



**Figura 6: Cisterna calçadão, umas das tecnologias de convivência com o semiárido presentes na comunidade.**



**Figura 7: Cerimônia de entrega de certidão de reconhecimento como comunidade tradicional de Fundos Pasto na câmara de vereadores de Uauá-BA.**



**Figura 8: Mutirão na comunidade Testa Branca.**



**Figura 9: Unidade de Beneficiamento de Frutas da COOPERCUC na comunidade Testa Branca.**



**Figura 10: Agroecossistema diversificado na comunidade Testa Branca.**